

## Relatório da administração

**Prezados Senhores:** A Cateno é uma companhia criada em fevereiro de 2015 através da associação com o Banco do Brasil S.A. e Cielo S.A. para a exploração das atividades de gestão de contas de pagamento pós-pagas e da funcionalidade de compra via débito. Somos a gestora em contas de pagamento pioneira no Brasil, e temos como propósito, prover soluções para transações com cartões de crédito e débito através de uma operação eficiente e inovação tecnológica, explorar sinergias e permitir economias de escala. Apresentamos a seguir as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2016, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes.

| Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais) |                   |                   |   |                   |                   |
|---|-------------------|-------------------|---|-------------------|-------------------|
| Ativo   | 2016              | 2015              | Passivo e patrimônio líquido                  | 2016              | 2015              |
| <b>Circulante</b>   |                   |                   | <b>Circulante</b>                             |                   |                   |
| Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)  | 1.143.610         | 810.844           | Fornecedores                                  | 1.257             | 779               |
| Contas a Receber - Partes relacionadas (Nota 6)                               | 360.922           | 292.385           | Contas a Pagar - Partes relacionadas (Nota 6) | 232.768           | 245.417           |
| Despesas antecipadas  | 850               | 2679              | Tributos e impostos a recolher (Nota 10)      | 30.133            | 94.532            |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 9)                     | 79.201            | 81.055            | Obrigações trabalhistas                       | 3.654             | 1.989             |
|   | <b>1.584.583</b>  | <b>1.186.963</b>  |   | <b>267.812</b>    | <b>342.717</b>    |
| <b>Não circulante</b>   |                   |                   | <b>Patrimônio líquido (Nota 11)</b>           |                   |                   |
| Imobilizado (Nota 7)  | 1.087             | 28                | Capital social                                | 414.000           | 414.000           |
| Intangível (Nota 8)   | 10.864.822        | 11.250.556        | Reservas de capital                           | 11.572.000        | 11.572.000        |
|   | <b>10.865.909</b> | <b>11.250.584</b> | Reserva Legal                                 | 22.187            | 22.187            |
|   |                   |                   | Reserva Estatutária                           | 95.375            | 46.963            |
|   |                   |                   | Reserva de Lucros                             | 79.118            | 39.680            |
|   |                   |                   | Total do patrimônio líquido                   | <b>12.182.680</b> | <b>12.094.830</b> |
| <b>Total do ativo</b>   | <b>12.450.492</b> | <b>12.437.547</b> | <b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>  | <b>12.450.492</b> | <b>12.437.547</b> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

| Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  |                |                     |               |                     |                   |                   |
|---|----------------|---------------------|---------------|---------------------|-------------------|-------------------|
| Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e período de 27 de fevereiro (data de início das atividades) a 31 de dezembro de 2015 |                |                     |               |                     |                   |                   |
| (Em milhares de Reais)  |                |                     |               |                     |                   |                   |
|   | Capital social | Reservas de capital | Reserva legal | Reserva estatutária | Reserva de lucros | Lucros acumulados |
| Constituição de capital em 28.02.2015   | 2.000          | -                   | -             | -                   | -                 | 2.000             |
| Ajuste de avaliação do valor econômico do intangível  | -              | 11.572.000          | -             | -                   | -                 | 11.572.000        |
| Aumento de capital em 27.03.2015  | 412.000        | -                   | -             | -                   | -                 | 412.000           |
| Antecipação de dividendos   | -              | -                   | -             | -                   | (334.917)         | (334.917)         |
| Lucro líquido do exercício  | -              | -                   | -             | -                   | 443.747           | 443.747           |
| Destinação de lucros para reserva de transição  | -              | -                   | -             | 46.963              | (46.963)          | -                 |
| Destinação para reserva legal   | -              | -                   | 22.187        | -                   | (22.187)          | -                 |
| <b>Saldos em 31 de dezembro 2015</b>  | <b>414.000</b> | <b>11.572.000</b>   | <b>22.187</b> | <b>46.963</b>       | <b>39.680</b>     | <b>12.094.830</b> |
| Lucro líquido do exercício  | -              | -                   | -             | -                   | 567.124           | 567.124           |
| Distribuição adicional de dividendos  | -              | -                   | -             | -                   | (39.680)          | (39.680)          |
| Antecipação de dividendos   | -              | -                   | -             | -                   | (439.594)         | (439.594)         |
| Destinação de lucros para reserva de transição  | -              | -                   | -             | 48.412              | (48.412)          | -                 |
| Reserva de lucros   | -              | -                   | -             | -                   | (79.118)          | -                 |
| <b>Saldos em 31 de dezembro 2016</b>  | <b>414.000</b> | <b>11.572.000</b>   | <b>22.187</b> | <b>95.375</b>       | <b>79.118</b>     | <b>12.182.680</b> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

#### Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A. ("Cateno" ou "Companhia"), com sede em Barueri, Estado de São Paulo, foi constituída em 27 de fevereiro de 2015, tendo como objetivo desenvolver de forma especializada o modelo de negócio de instrumentos de pagamento, com a contribuição da expertise detida pelo Banco do Brasil S.A. e Cielo S.A.

Em 27 de fevereiro de 2015, foram firmados os documentos que concluíram a formação da associação entre Cielo e a BB Elo Cartões Participações S.A. ("BB Elo Cartões"), subsidiária integral do Banco do Brasil S.A., para a criação da Cateno - Gestão de Contas de Pagamento S.A. ("Cateno"), cujo objetivo é o de gerir as transações oriundas das operações de cartões de crédito e débito, gestão de contas de pagamento, apoio ao gerenciamento e controle da segurança das transações, o pagamento de tarifas às bandeiras e arranjos de pagamentos, e outros serviços correlatos, conforme autorização prévia concedida pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e Banco Central do Brasil nos termos da Resolução nº 4.062/12 e da Lei nº 12.865/13.

A Cateno tem o seu capital social detido na proporção de 70% pela Cielo e de 30% pela BB Elo Cartões, sendo que, para a formação da associação, a BB Elo Cartões aportou ativos intangíveis relacionados ao Arranjo de Pagamento Ourocard, enquanto a Cielo aportou R\$8,1 bilhões na operação. O montante aportado pela Cielo é composto por: (i) R\$ 3,5 bilhões oriundos das primeira, segunda e terceira emissões de debêntures simples, em série única, da espécie quirográfica, não conversíveis em ações, de distribuição privada, e (ii) R\$4,6 bilhões referentes ao pagamento, por conta da BB Elo Cartões, dos tributos incidentes sobre a operação.

O Arranjo de Pagamento Ourocard consiste no conjunto de regras e procedimentos que disciplina a prestação de serviços de pagamento ao público relacionado às transações de compras dos cartões de crédito e débito emitidos pelo Banco do Brasil nas bandeiras Visa, Mastercard, American Express e Elo, excluindo cartões relacionados aos negócios pré-pagos, soluções de meios de pagamento fornecidas a entes governamentais e cartões private label emitidos no âmbito de parcerias atuais firmadas com varejistas.

Dentre as atividades desenvolvidas destacam-se a operação e gestão de contas de pagamento envolvendo cartões de crédito, débito e múltiplos, de bandeiras privadas e pré-pagos (não incluindo a administração de cartões de crédito); participação em arranjos de pagamentos; participação no processo de liquidação das transações de pagamento, de acordo com as regras dos arranjos; execução dos processos de produção das faturas e outros documentos vinculados às contas de pagamento e/ou referentes à comunicação; postagem e envio físico e/ou eletrônico aos usuários finais pagadores; execução do suporte técnico para atendimento às demandas dos usuários finais pagadores; execução do suporte técnico aos canais de atendimento dos emissores dos instrumentos de pagamento; execução do processo de risco operacional das transações de pagamento, incluindo, mas não se limitando ao acompanhamento e monitoramento de transações com indicio ou alegação de fraude e execução e cooperação com o instituidor do arranjo de pagamento do processamento, manutenção e desenvolvimento de TI envolvendo os sistemas relacionados à gestão de pagamento.

### 2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis individuais estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente no exercício apresentado, salvo disposição em contrário.

#### 2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela administração em 23 de fevereiro de 2017.

#### a. Demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

#### b. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há novos pronunciamentos ou interpretações de CPCs que tenham entrado em vigor no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

#### 2.2 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

#### 2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor justo, sendo demonstrados pelo valor justo. O caixa e equivalentes de caixa são classificados como instrumentos financeiros, e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

#### 2.4 Ativos financeiros

##### Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob a categoria de recebíveis ou mensurados ao valor justo através do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

##### a. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação, bem como os rendimentos e encargos auferidos ou incorridos até a data do balanço, reconhecidos em base pro rata dia, ajustados ao valor de mercado, quando aplicável.

##### b. Recebíveis

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Companhia compreendem "Contas a receber de clientes e demais contas a receber".

##### Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Não foram compensados instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

##### c. Redução ao valor recuperável dos ativos - impairment

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem:

Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira. O montante da perda por impairment é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor

do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não identificou evidências de perda por impairment para um ativo ou grupo de ativos financeiros.

#### 2.5 Partes relacionadas

##### Classificação e Mensuração

##### a. Ativo

As transações com partes relacionadas referem-se aos valores correspondentes a taxa de intercâmbio sobre a captura das transações com cartões de débito e crédito do arranjo de pagamentos Ourocard, mensurados ao valor da prestação de serviços contratualmente acordada. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

##### b. Passivo

As contas a pagar com partes relacionadas são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, estes passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

#### 2.6 Tributos a recuperar

Os tributos a recuperar compõem-se, preponderantemente de imposto de renda retido na fonte e antecipação do imposto de renda e da contribuição social por estimativa.

#### 2.7 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

A depreciação do ativo é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada em anos.

#### 2.8 Ativos intangíveis

O ativo intangível é um bem incorpóreo resultante da avaliação econômico-financeira sobre o negócio do arranjo dos meios de pagamento do cartão Ourocard, conforme descrito na nota explicativa do contexto operacional. O valor reconhecido inicialmente está deduzido dos valores amortizáveis, calculados pelo método linear baseado no estimado de geração de caixa futuro.

#### 2.9 Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

#### 2.10 Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

#### 2.11 Benefícios a funcionários - participação nos lucros e bônus

A Companhia concede participação nos lucros a seus colaboradores e administradores, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício social.

#### 2.12 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela intermediação do arranjo dos meios de pagamento Ourocard. A receita é apresentada na captura/processamento das transações com cartões de crédito e de débito e líquida dos impostos, cancelamentos, abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos.

#### 2.13 Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

#### 2.14 Distribuição de lucros

A distribuição de lucros para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras quando tais lucros forem deliberados, com base no estatuto social da Companhia (Nota 13).

### 3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes podem não ser iguais aos respectivos resultados reais. As principais estimativas existentes se referem ao contas a receber - partes relacionadas e imposto de renda e contribuição social diferidos.

### 4. GESTÃO DE RISCO

#### 4.1 Fatores de risco

A gestão de risco é realizada pela tesouraria, segundo as políticas aprovadas pela administração. A tesouraria identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

##### a. Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como exposições de crédito junto ao Banco do Brasil em aberto. Para bancos e instituições financeiras, os limites de depósitos e aplicações financeiras são definidos pela diretoria financeira. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência da referida contraparte.

##### b. Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada na Companhia pelos profissionais de finanças. Os profissionais de finanças monitoram as previsões contínuas das

### 7. IMOBILIZADO

|   | Instalações | Proc. de dados | Equip. Telecom | Móveis e Utensílios | Softwares | Máquinas e Equip. | Total       |
|---|-------------|----------------|----------------|---------------------|-----------|-------------------|-------------|
| Saldo anterior                          | -           | -              | -              | -                   | -         | -                 | -           |
| Aquisições                              | -           | -              | 29             | -                   | -         | -                 | 29          |
| Depreciação acumulada                   | -           | -              | (1)            | -                   | -         | -                 | (1)         |
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b> | -           | -              | <b>28</b>      | -                   | -         | -                 | <b>28</b>   |
| Aquisições                              | 780         | 7              | 43             | 280                 | 28        | 60                | 1198        |
| Depreciação acumulada                   | (107)       | (1)            | (10)           | (17)                | 0         | (4)               | (139)       |
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b> | <b>673</b>  | <b>6</b>       | <b>61</b>      | <b>263</b>          | <b>28</b> | <b>56</b>         | <b>1087</b> |
| Taxas anuais de depreciação - %         | 25          | 20             | 10             | 10                  | 20        | 10                |             |

| Demonstrações do Resultado Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e período de 27 de fevereiro (data de início das atividades) a 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação) |                  | Período de 27 de fevereiro (data de início das atividades) a 31 de dezembro de 2015 |
|--|------------------|---|
| <b>Receita operacional (Nota 14)</b>   | <b>2.487.091</b> | <b>2.036.935</b>  |
| Custo dos serviços prestados   | (1.690.213)      | (1.405.616)   |
| <b>Lucro bruto</b>   | <b>796.878</b>   | <b>631.319</b>  |
| Despesas Gerais e administrativas (Nota 13)  | (65.741)         | (29.554)  |
| <b>Lucro operacional</b>   | <b>731.137</b>   | <b>601.765</b>  |
| <b>Resultado financeiro</b>  | <b>128.167</b>   | <b>70.549</b>   |
| <b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>  | <b>859.298</b>   | <b>672.314</b>  |
| <b>Imposto de renda e contribuição social</b>  | <b>(292.174)</b> | <b>(228.567)</b>  |
| Correntes (Nota 9)   | (290.320)        | (309.622)   |
| Diferidos (Nota 9)   | (1.854)          | (81.055)  |
| <b>Lucro líquido do exercício/período</b>  | <b>567.124</b>   | <b>443.747</b>  |
| Lucro por ação   | 0,05             | 0,04  |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

| Demonstrações do resultado abrangente Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e período de 27 de fevereiro (data de início das atividades) a 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais) |                |   |
|--|----------------|---|
|  | 2016           | Período de 27 de fevereiro (data de início das atividades) a 31 de dezembro de 2015 |
| <b>Lucro líquido do exercício</b>  | 567.124        | 443.747   |
| <b>Outros Resultados abrangentes</b>   | -              | -   |
| <b>Resultado abrangente total</b>  | <b>567.124</b> | <b>443.747</b>  |
| <b>Resultado abrangente no exercício e período</b>   | <b>567.124</b> | <b>443.747</b>  |
| <b>Resultado abrangente total</b>  | <b>567.124</b> | <b>443.747</b>  |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

| Demonstrações dos fluxos de caixa Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e período de 27 de fevereiro (data de início das atividades) a 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de Reais) |                  |   |
|--|------------------|---|
|  | 2016             | Período de 27 de fevereiro (data de início das atividades) a 31 de dezembro de 2015 |
| <b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>   |                  |   |
| Lucro líquido  | 567.124          | 443.747   |
| Ajustes por:   |                  |   |
| Amortizações   | 385.734          | 321.444   |
| Depreciações   | 139              | 1   |
| Provisão para imposto de renda e contribuição social   | -                | -   |
| Corrente   | (21.642)         | 309.622   |
| Diferido   | 1.854            | (81.055)  |
| Incentivos fiscais   | -                | (3.021)   |
|  | <b>933.209</b>   | <b>990.738</b>  |
| (Acréscimo) Decréscimo de Ativos   |                  |   |
| Contas a receber - Partes relacionadas   | (68.537)         | (292.385)   |
| Tributos a recuperar   | (38.219)         | (233.191)   |
| Outros ativos  | 2.456            | (2.456)   |
| Despesas antecipadas   | (627)            | (223)   |
| Acréscimo (Decréscimo) de Passivos   |                  |   |
| Fornecedores   | 478              | 780   |
| Contas a pagar - Partes relacionadas   | (12.649)         | 245.417   |
| Obrigações trabalhistas  | 1.664            | 1.989   |
| Tributos e impostos a recolher   | (4.537)          | 21.121  |
|  | <b>(119.971)</b> | <b>(258.948)</b>  |
| <b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>   | <b>813.238</b>   | <b>731.790</b>  |
| <b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>  |                  |   |
| Aquisição de ativo imobilizado   | (1.198)          | (29)  |
| <b>Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento</b>  | <b>(1.198)</b>   | <b>(29)</b>   |
| <b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>   |                  |   |

**8. INTANGÍVEL**

O ativo intangível refere-se aos direitos de exploração no âmbito do Arranjo de Pagamentos Ourocard e foi objeto de avaliação econômico-financeira por consultoria especializada através de laudo, calculado um intervalo referente ao valor econômico dos "direitos outorgados", elaborado com base na projeção de resultados futuros das atividades, por meio do "Fluxo de Caixa Descontado", o qual foi avaliado em R\$ 11.572 milhões pelo prazo de vida útil de 30 anos, com amortização de forma linear a taxa de 3,33% ao ano. A vida útil e o método de amortização são revisados anualmente. (Nota 2.8).

|                                   | 2016              | 2015              |
|-----------------------------------|-------------------|-------------------|
| Direitos de exploração - Ourocard | 11.572.000        | 11.572.000        |
| Amortização                       | (385.733)         | (321.444)         |
| Amortização Acumulada             | <u>(707.178)</u>  | <u>(321.444)</u>  |
| Valor residual                    | <u>10.864.822</u> | <u>11.250.556</u> |

Taxas anuais de amortização 3,33% 3,33%

**9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDO**

A Cateno adota o procedimento de reconhecer créditos tributários de imposto de renda e de contribuição social sobre diferenças temporárias. Em 31 de dezembro de 2016 os valores desses tributos diferidos são os seguintes:

|                                     | 2016           | 2015           |
|-------------------------------------|----------------|----------------|
| Diferenças temporárias apuradas     | <u>232.944</u> | <u>238.398</u> |
| Provisões ressarcimento de despesas | 230.640        | 236.716        |
| Outras provisões                    | 2.304          | 1.682          |
| IR (25%)                            | 58.236         | 59.600         |
| CS (9%)                             | <u>20.965</u>  | <u>21.456</u>  |
| Total                               | <u>79.201</u>  | <u>81.055</u>  |

Por conta da natureza da constituição do crédito tributário, sua realização está dentro do próprio exercício.

O imposto de renda e a contribuição social foram calculados pela taxa nominal de 34%, conforme demonstrado abaixo:

|  | 2016            | 2015           |
|--|-----------------|----------------|
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social | 859.298         | 672.314        |
| Imposto de renda e contribuição social pela taxa nominal | 34%             | 34%            |
|  | 292.160         | 228.587        |
| Adicional do IR  | (24)            | (20)           |
|  | 292.136         | 228.567        |
| Outras adições   | 79.201          | 81.055         |
| (-) Exclusões  | <u>(81.055)</u> | <u>309.622</u> |
|  | 290.282         | 309.622        |
| (Dedução) Incentivos Fiscais                             | <u>(5.324)</u>  | <u>(3.020)</u> |
| IRPJ e CS a pagar  | <u>284.958</u>  | <u>306.602</u> |
| Despesa de imposto de renda e contribuição social        | <u>290.282</u>  | <u>309.622</u> |
| Alíquota efetiva   | 34%             | 34%            |

**10. TRIBUTOS E IMPOSTOS A RECOLHER**

|  | 2016          | 2015          |
|--|---------------|---------------|
| ISS a recolher   | 5.007         | 4.895         |
| Cofins a recolher  | 9.381         | 13.261        |
| Pis a recolher   | 2.009         | 2.858         |
| Imposto de renda e contribuição social, líquidos de antecipações | 13.548        | 73.411        |
| Outros impostos a pagar  | 188           | 107           |
|  | <u>30.133</u> | <u>94.532</u> |

**11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO****11.1 Capital social**

O capital social é de R\$ 414.000.000,00 (quatrocentos e quatorze milhões de reais), dividido em 11.986.000,000 (onze bilhões, novecentos e oitenta e seis milhões) de ações, todas nominativas e sem valor nominal, das quais (i) 10.787.400,000 (dez bilhões, setecentos e oitenta e sete milhões e quatrocentos mil), são ações ordinárias e (ii) 1.198.600,000 (um bilhão, cento e noventa e oito milhões e seiscentas mil) ações preferenciais Classe C.

O capital social está representado por 70% Cielo S.A. e 30% BB Elo.

**11.2 Reserva de capital**

Está representada pelo montante relativo ao ajuste do valor econômico do intangível baseado em laudo de avaliação elaborado por empresa de consultoria especializada (Nota 9).

**11.3 Reserva de lucros - legal**

Está representada pelo montante constituído à razão de 5% do lucro líquido apurado no encerramento do exercício, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

**11.4 Reserva Estatutária**

Está representada pelo montante constituído à razão de 2,05% das despesas totais da Companhia apurado no encerramento do exercício, nos termos do artigo 27 do estatuto social, até o limite de 30% do capital social.

**12. DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS**

Os dividendos intercalares são distribuídos mensalmente na proporção da respectiva participação acionária no capital social, após apuração do balancete, nos termos do artigo 27, parágrafo 4º do estatuto social da Companhia.

Os dividendos intercalares distribuídos serão imputados aos dividendos mínimos obrigatórios e ao dividendo adicional referente ao exercício social findo em 31.12.2016.

|                            | 2016              | 2015              |
|----------------------------|-------------------|-------------------|
| Lucro líquido do exercício | 567.124           | 443.747           |
| Reserva legal - 5%         | -                 | (22.187)          |
| Reserva estatutária        | (48.412)          | (46.963)          |
| Antecipação de dividendos  | <u>(439.594)</u>  | <u>(334.917)</u>  |
| Dividendos a distribuir    | <u>(a) 79.118</u> | <u>(b) 39.680</u> |

(a) Distribuímos dividendos intercalares de 2016 em 31/01/17 no montante de R\$ 56.437 e o restante será destinada após aprovação do Conselho de Administração. (b) Este lucro adicional de 2015 foi distribuído em 29/02/2016, após aprovação do Conselho de Administração.

**13. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS**

|                                   | 2016          | 2015          |
|-----------------------------------|---------------|---------------|
| Despesas com fraudes (a)          | 59.707        | 23.995        |
| Despesas gerais e administrativas | <u>6.034</u>  | <u>5.559</u>  |
|                                   | <u>65.741</u> | <u>29.554</u> |

(a) São despesas decorrentes de perdas com fraudes com cartões de débitos e créditos, que foram outorgados do arranjo de pagamento Ourocard, conforme previsto no acordo de receita e despesas com o Banco do Brasil.

**14. RECEITA OPERACIONAL**

|                         | 2016             | 2015             |
|-------------------------|------------------|------------------|
| Receita de Intercâmbio  | 2.794.185        | 2.287.518        |
| Impostos sobre serviços | <u>(307.094)</u> | <u>(250.583)</u> |
|                         | <u>2.487.091</u> | <u>2.036.935</u> |

**15. OUTRAS INFORMAÇÕES****15.1 Regulamentação do Banco Central do Brasil (BACEN)**

Em razão da Lei nº 12.865, publicada em 09 de outubro de 2013, a Companhia passou a estar sujeita à regulação do Banco Central do Brasil (BACEN), conforme diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pela regulamentação editada pelo próprio Banco Central. Neste sentido, a Companhia está sujeita à autorização de funcionamento pelo Banco Central bem como ao cumprimento de regras, que abrangem, dentre outros, gestão de risco, níveis mínimos de Patrimônio Líquido e o cumprimento de requisitos semelhantes aos de uma Instituição de Pagamentos. Foi protocolizado em 01 de abril de 2016, aguardando retorno do Banco Central do Brasil (BACEN), para que possamos dar continuidade ao processo conforme previsto na Circular nº 3683/13.

A Administração está tomando as providências necessárias e realizando adequações visando estar em plena conformidade com a recente regulamentação a partir da concessão da autorização pelo Banco Central.

**15.2 Instrumentos financeiros derivativos**

A Cateno não operou com instrumentos financeiros derivativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e no período de 27 de fevereiro a 31 de dezembro de 2015.

**15.3 Provisões para contingências cíveis, trabalhistas e fiscais**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e no período de 27 de fevereiro a 31 de dezembro de 2015, não houve contingência de qualquer espécie.

**DIRETORIA**

Julio Cezar Alves de Oliveira - Presidente

David Pacheco Vieira - Diretor Operações

Claudemir Andreo Alledo - Diretor Financeiro/TI

Fabio Pacini Hernandez - Contador - CRC 212.515/O-2

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Eduardo Campos Gouveia

Clovis Poggetti Junior

Danilo Aleixo Caffaro

Rogério Magno Parca

Eduardo de Melo Condé

**Parecer do Conselho Fiscal da Companhia**

Aos Senhores Acionistas da Cateno Gestão de Contas e Pagamento S.A. ("Companhia")

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, e à vista do relatório da KPMG Auditores Independentes, apresentando sem ressalvas, concluíram que os documentos examinados à luz das práticas contábeis adotadas no Brasil, refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Companhia, opinando que os referidos documentos examinados estão em condições de serem apreciados e aprovados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Companhia.

Barueri, 17 de março de 2017.

Livia Maria Mendonça Agessi  
Presidente do Conselho Fiscal e da Mesa

Eduardo Cesar Passa  
Membro do Conselho Fiscal

**Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria - Exercício 2016****1. Atribuições e Responsabilidades**

O Comitê de Auditoria ("Comitê") da Cateno Gestão de Contas e Pagamento S.A. ("Companhia") é um órgão estatutário de funcionamento permanente que visa assessorar o Conselho de Administração com independência em relação à Diretoria Executiva e demais profissionais da Companhia.

Nos termos da versão vigente do Regimento Interno do Comitê, aprovada em 16 de junho de 2016 ("Regimento Interno"), o Comitê é composto por 04 (quatro) membros, dos quais 2 (dois) foram indicados pela acionista Cielo S.A. ("Cielo") e 2 (dois) foram indicados pela acionista BB Elo Cartões Participações S.A., com mandato unificado de 2 (dois) anos e permitida a reeleição, sendo seu coordenador preferencialmente integrante do Conselho de Administração. Os membros pertencentes ao quadro atual do Comitê foram eleitos pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 16 de junho de 2016, com mandato unificado até a primeira reunião a ser realizada pelo Conselho de Administração imediatamente após a Assembleia Geral Ordinária da Companhia que eleger os membros do Conselho de Administração em 2017.

Os administradores da Companhia são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistemas de controles internos efetivos e zelar pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares.

A auditoria independente da Companhia, realizada atualmente pela KPMG Auditores Independentes ("KPMG"), é responsável pelo exame das demonstrações contábeis da Companhia com vistas a emitir relatório contendo opinião sobre sua aderência às normas aplicáveis, pelo planejamento e execução das auditorias conforme normas

reconhecidas.

**2. Principais atividades desenvolvidas pelo Comitê**

As avaliações do Comitê estão fundamentadas nas informações prestadas pela Administração, auditores independentes, responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos da Companhia, bem como nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

No exercício de 2016, o Comitê realizou 02 sessões ordinárias e 02 sessões extraordinárias, reunindo-se com a área de riscos e compliance, controles internos, auditores independentes, além de diretores e executivos de outras áreas da Companhia.

Dentre as atividades realizadas durante o exercício, cabe destacar as seguintes: (a) discussão e definição das principais regras e competências do Comitê de Auditoria; (b) discussão acerca da formação, objetivos e principais aspectos operacionais da Companhia; (c) construção da pauta mínima anual do Comitê de Auditoria; (d) a visão geral e o status dos trabalhos referentes ao plano de migração das Atividades dos Direitos Outorgados à Companhia; (e) os resultados econômico-financeiros mensais e trimestrais de 2016; (f) os trabalhos realizados pela auditoria independente, incluindo aspectos de controles internos analisados; (g) o status do processo de autorização de IP junto ao Bacen; (h) a discussão a respeito do gerenciamento de fraudes, chargeback e perdas.

Em relação à forma de funcionamento da Auditoria Interna, a Companhia está em processo de avaliação sobre a estruturação de sua Auditoria Interna, razão pela qual o Comitê deixou de emitir opinião sobre o assunto.

**3. Demonstrações Contábeis Anuais de 2016**

Os membros do Comitê, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do Comitê, realizaram o exame e análise das demonstrações contábeis, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e do relatório anual da Administração relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 ("Demonstrações Contábeis Anuais de 2016"). Tendo em vista as informações prestadas pela Administração da Companhia e pela KPMG, bem como as atividades desempenhadas e acompanhadas pelo Comitê durante o exercício de 2016, os membros do Comitê opinam, por unanimidade, que as Demonstrações Contábeis Anuais de 2016 refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia e recomendam a aprovação das Demonstrações Contábeis Anuais de 2016 pelo Conselho de Administração da Companhia e o seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas para deliberação, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2017.

Luiz Umberto Modenese

Coordenador do Comitê de Auditoria

Armstrong Luiz de Moura

Membro do Comitê de Auditoria

Marcelo Cruz de Haidar Jorge

Membro do Comitê de Auditoria

Marlos Valeriano Borges

Membro do Comitê de Auditoria

**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis**

Aos Acionistas e Administradores da

Cateno Gestão de Contas e Pagamento S.A.

São Paulo - SP

**Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Cateno Gestão de Contas e Pagamento S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cateno Gestão de Contas e Pagamento S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso

conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como

obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 07 de março de 2017

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

João Paulo Dal Poz Alouche  
Contador CRC 1SP245785/O-2